

## NÓS E O MARXISMO - FLORESTAN FERNANDES

**Julia Morato**

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFMG

juliamorato18@outlook.com

**Luca Vilela**

Graduando em Ciências Econômicas pela UFMG

lucavilela14@gmail.com

O artigo *Nós e o Marxismo* foi publicado pela primeira vez em 1987, na revista *Cadernos Ensaio 1 – Marx hoje* e reeditado como um pequeno livro em 2009, pela editora Expressão Popular. Baseado em anotações de uma aula sobre “desenvolvimento independente de classe e luta de classes”, exposta em março de 1981, o texto era, de acordo com Florestan, uma boa maneira de homenagear Karl Marx no centenário de sua morte. Sem abrir mão da importância do marxismo enquanto método analítico à serviço da revolução social, o autor faz uma leitura abrangente da evolução da luta de classes nos diferentes países. O anticolonialismo e anti-imperialismo são pontos centrais nesse sentido, fazendo do autor um dos maiores conhecedores das dinâmicas do capitalismo dependente e periférico. Conceitos marxistas como classe, luta de classes e revolução são analisados nas mais diversas dimensões, com ênfase para as diferenças histórico-geográficas dos países em questão.

Florestan inicia o artigo criticando a tendência altamente difundida nas discussões atuais de que as teorias marxistas estariam em crise por estarem limitadas à interpretação do contexto do capitalismo industrial do século XIX. O fato de certas características do capitalismo contemporâneo não serem discutidas da mesma forma na época (e nas obras) de Marx, de maneira alguma invalida o marxismo. Muito ao contrário. Para o autor, é necessário compreender a crise como um processo normal e necessário dentro de uma posição marxista coerente, já que o marxismo é, antes de mais nada, um método de análise da vida social, uma forma de explicação da realidade histórico-concreta que não se esgota em suas próprias contradições. Portanto, a negação das ideias de Marx só poderia ocorrer caso o capitalismo tivesse se tornado o avesso de si próprio – o que definitivamente não aconteceu. A exploração das massas trabalhadoras e outras condições objetivas apontadas por Marx “foram postas em um contexto internacional” a partir da expansão massiva do capital pelo mundo. Do século XIX

até hoje, o capitalismo monopolista e o imperialismo assumiram dimensões cada vez mais destrutivas, conferindo uma força extrema ao capital em relação ao movimento operário-revolucionário. Por outro lado, as pressões capitalistas contra as nações socialistas também fortaleceram as proporções da própria revolução social. Para Florestan, o conflito entre capital e trabalho e a oposição permanente entre forças revolucionárias e contrarrevolucionárias são “a essência do capitalismo do século XIX, do século XX ou do século XXI”, de modo que a ideia de esgotamento da luta de classes é equivocada e desprovida de fundamento histórico. Para ele, “a verdadeira revolução cresce juntamente com a modernização e a internacionalização do capital; a contrarrevolução ativa ou reativa o seu contrário, o que faz com que hoje o marxismo seja tão verdadeiro e ameaçador na esfera da práxis, quanto na teoria.”

Para elucidar melhor sua conclusão, Florestan retoma a perspectiva do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels no ano de 1848. De acordo com ele, a visão do Manifesto é a que melhor permite explicar tanto a formação e o desenvolvimento dos proletários como classe em si quanto as tarefas políticas decorrentes desse desenvolvimento dialético. A obra não pode ser considerada ultrapassada, nem eurocêntrica, na medida em que as classes não desapareceram em lugar nenhum do mundo e tampouco se desenvolveram de maneira uniforme. Em condições históricas e geográficas diversas, as classes se manifestam em diferentes formas de luta, que variam no interior de um mesmo sistema de “leis naturais da produção capitalista”. Nesse sentido, devem ser analisados tanto a forma do desenvolvimento capitalista, quanto o estágio (ou fase) relativo da constituição da classe trabalhadora. Uma leitura de Marx que tomar o desenvolvimento do capital industrial na Inglaterra como padrão histórico para a análise do desenvolvimento da luta de classes em todos os lugares é, portanto, limitada e anacrônica, já que “a coalescência e o vigor da classe trabalhadora repousa, literalmente, no grau de desenvolvimento da produção capitalista como um todo”.

Dito isso, o autor compara a situação do Brasil de sua época à situação da Inglaterra na segunda metade do século XIX, assinalando as similaridades estruturais e dinâmicas no confronto das respectivas classes operárias. Ambas atingem, por meio de uma evolução lenta e oscilante, os requisitos políticos, econômicos e sociais que as constituem como classes em si, e que caracterizam uma “revolução dentro da ordem”. Tal revolução tem uma importância muito mais conjuntural para a classe trabalhadora, que precisa de bases materiais sólidas para desenvolver-se em todas as suas dimensões. Isso foi evidenciado pelo movimento operário brasileiro, sobretudo nas greves do ABC paulista, fundamentais na derrubada da ditadura civil-militar. No entanto, Florestan faz questão de ressaltar que, ao derrubar a ditadura, o

proletariado brasileiro “não conquistou outra coisa além do espaço político que abocanhou para lutar como classe plenamente constituída”. A violência extrema da autocracia burguesa no Brasil obriga a classe trabalhadora “a sustentar as posições ganhas com sacrifícios extremos, por assim dizer arriscando tudo para se livrar, coletivamente, de um retrocesso e dos tenazes da repressão que busca atrofiar sua capacidade de lutar por sua emancipação de classe.” Daí surge, na época em que o livro foi escrito, a ilusão de uma abertura lenta, gradual e segura, uma “revolução dentro da ordem” que nada mais é do que uma manifestação da paralisia histórica de um conflito de classe que ainda não atingiu o limiar da ruptura total. No longo prazo, porém, nem mesmo a “retaguarda imperialista” é capaz de impedir o advento da “revolução contra a ordem”, como Florestan mostra claramente ao analisar a experiência cubana, que “aplausou o antigo regime e o aparentemente invulnerável centro de poder neocolonial estadunidense”. Esse reconhecimento da impossibilidade de transformação no interior da ordem é um processo longo, complexo e contraditório, em que as “compensações frutíferas” conquistadas nem sempre são em tudo ruins.

O autor mostra que essa dinâmica é ligeiramente diferente nos países do centro do sistema capitalista, onde as revoluções burguesas foram acompanhadas de movimentos proletários que, em maior ou menor escala, concordavam com algumas de suas pautas; um processo histórico em que a absorção de determinadas demandas populares pela burguesia produzia, paradoxalmente, a negação mais radical da democracia liberal recém formada: a classe trabalhadora. Florestan explica que essa evolução foi distinta nos países coloniais, onde as “instituições econômicas, sociais e políticas produzidas graças às revoluções inglesa e francesa, nascidas da revolução estadunidense, foram incorporadas a sociedades escravistas ou semi-escravistas e deram lugar a ultra aparências ideológicas, que têm iludido até os analistas marxistas.” O primeiro passo do movimento operário da periferia consiste, nesse sentido, na inversão do conteúdo ideológico e eurocêntrico da forma-Estado, “buscando eliminar as aparências sobrepostas às aparências ideológicas originais”. A ampliação do acesso ao consumo, ao espaço público, à cultura, à educação e à saúde – como a história brasileira recente mostra – é uma atividade fundamental nesse sentido, mas que frequentemente é “interrompida ou eliminada por cruéis ‘banhos de sangue’, de registro conhecido”. Em suma, o “curso histórico” do capitalismo mostra que a primeira tarefa da classe operária nos países periféricos é transformar-se em um sentido “especificamente capitalista e burguês”. O cálculo político no interior dessa transformação é de alta complexidade, já que a potência das forças reacionárias pode desencadear repressões altamente danosas à classe trabalhadora. De acordo com

Florestan, “por aí se delimita o processo mais complicado do socialismo proletário e revolucionário”. Somente a ótica comunista – oposta ao reformismo e ao socialismo democrático – consegue conferir à luta política o arcabouço teórico necessário à superação das limitações ideológicas desse sistema fundamentado na barganha política de curto prazo. Hoje – e Florestan provavelmente concordaria com essa análise – não restam dúvidas de que a crença na possibilidade de uma transformação permanente no interior da ordem, em detrimento da radicalidade, tem sido um dos elementos responsáveis pelas sucessivas derrotas dos partidos de esquerda no Brasil.

Após reforçar a necessidade da “revolução dentro da ordem” como etapa crucial do processo de transformação da classe em si mesma, Florestan faz uma breve, porém construtiva análise da ótica marxista da luta de classes. De acordo com ele, é necessário compreender, primeiramente, que a representação ideológica da realidade pela perspectiva da consciência burguesa atribui ao capital a criação de todas as coisas, desde a massa de trabalho até o Estado democrático – uma idealização que rouba do trabalho toda a sua importância histórica ativa e criadora. Para o autor, a mensagem d’*O Capital* é clara: “não existe esse mundo, no qual o capital pudesse prescindir do trabalho ou vice-versa, o capital pudesse sobreviver à eliminação ou à substituição do capitalista. Trabalho e capital estão presos um ao outro no modo específico de produção capitalista, por meio de contradições que impõe a rebelião auto emancipadora dos trabalhadores.” Dessa relação antagonica nasce a impossibilidade de conciliação entre os objetivos da classe trabalhadora – que tem seu ponto de partida na negação da ordem vigente em todos seus níveis – e qualquer forma de socialização capitalista (como pretendia o socialismo reformista, cujo pressuposto principal ainda é a manutenção das estruturas capitalistas vigentes). A contradição clara nessa relação, construída historicamente ao longo dos últimos séculos e difundida internacionalmente a partir da expansão massiva do capital pelo mundo, faz com que, inevitavelmente, a história da sociedade de classes seja também uma história de luta de classes. Assim, torna-se fundamental a recuperação da perspectiva marxista original de descrição sociológica e revolucionária da luta da classe trabalhadora. As posições científicas e revolucionárias de Marx e Engels lhes permitiram analisar o socialismo científico como uma cisão entre práxis e teoria, uma forma de concretizar a transformação teorizada e de teorizar as transformações concretas. As conclusões radicais do materialismo histórico implicam uma ruptura radical – tanto política quanto ideológica – com a ordem existente. Uma intervenção dialética no real em movimento que é radicalmente oposta ao fetichismo ideológico das utopias reformistas ou reacionárias. Em geral, esse processo de tomada

da consciência se dá em três estágios: a constituição dos proletários em classe, a derrubada da supremacia burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado. O nome dado por Florestan a essa posição de Marx e Engels é observador-agente ativista revolucionário. De acordo com ele, “pela primeira vez na ciência social histórica, o esquema interpretativo usual – presente e passado – era posto de lado e substituído por um novo esquema interpretativo dialético presente-passado em conexão direta com presente-futuro.” Portanto, o autor compartilha da visão realista e objetiva de Marx e Engels em relação à luta de classes, e não se ilude quanto aos seus desafios concretos e impedimentos advindos dos confrontos econômicos, sociais e políticos com as classes burguesas. Para Marx e Engels, a ciência revolucionária era muito mais do que um conjunto de conceitos abstratos; pensar a luta de classes significava compreender a materialidade histórica a partir do engajamento ativo nos conflitos políticos do presente. Florestan faz o mesmo. A sua análise da luta de classes nas periferias do capitalismo exige que ele se posicione em relação ao contexto latino-americano de sua época – a década de 1980 – no qual diversos conflitos se desdobram. De acordo com ele, é preciso determinar, primeiramente, o potencial relativo de luta do qual a classe trabalhadora dispõe, bem como a definição dos objetivos para a consolidação de frentes cruciais da luta anticapitalista, sendo elas a frente econômica, política e ideológica. Além disso, o potencial revolucionário da classe operária é também diretamente influenciado pelas alianças construídas com outros setores das classes subalternas, visando a concretização das diretrizes do movimento marxista.

Uma outra questão ampla e devidamente abordada por Florestan a partir daquele contexto é a possível estagnação do movimento operário-revolucionário através de um bloqueio na passagem de uma fase para outra no processo de lutas de classes. A classe trabalhadora brasileira se vê, até hoje, estagnada nos processos de conquista e consolidação dos requisitos políticos, econômicos e sociais que a constituem como classe em si, o que impede a concretização da “revolução dentro da ordem” e a posterior evolução da luta anticapitalista. Seguindo essa análise do autor, é possível inferir, no contexto do capitalismo periférico brasileiro do século XXI, que tal estagnação é ilustrada não somente pelas sucessivas derrotas dos partidos de esquerda brasileiros, mas também pelos incansáveis e evidentes golpes de Estado, por meio dos quais a burguesia se encarrega de frear os avanços necessários para a inserção da classe operária na sociedade. As raízes dessa paralisia se encontram, principalmente, no atual apogeu do capitalismo monopolista, que lança mão de técnicas de controle social e da utilização contrarrevolucionária ou reacionária dos meios de opressão e repressão da classe operária. Tal situação se intensifica, evidentemente, nos países do capitalismo periférico, onde o sistema se

manifesta, aberta ou disfarçadamente, na forma política de um governo ditatorial, muitas vezes respaldado e impulsionado pelos centros tradicionais do capitalismo monopolista. Como explica o autor, “o biombo do Estado democrático oculta uma democracia restrita persistente e se sustenta com base no despotismo institucionalizado”. É fundamental, entretanto, a consciência de que o bloqueio de uma ou mais fases do processo de luta de classes não implica, obrigatoriamente, a inviabilidade e/ou estagnação *ad infinitum* do movimento operário-revolucionário. É fato que a evolução do capital foi acompanhada do desenvolvimento simultâneo dos seus métodos e processos de autodefesa, que aumentam a eficácia da contrarrevolução capitalista. No entanto, as vantagens relativas das burguesias dos países capitalistas centrais são também responsáveis por um processo concomitante de aumento do antagonismo entre o sistema vigente e os objetivos da classe operária, levando essa contradição ao seu ponto mais explosivo, no qual torna-se impossível a manutenção da ordem existente – ou seja, do sistema capitalista. Portanto, o bloqueio de uma fase da luta de classes não impede a revolução operária. Pelo contrário, prolonga as crises burguesas e incentiva a queima de etapas no processo de desagregação do Estado burguês.

Por fim, já no último capítulo, Florestan retrata o confronto entre os sistemas políticos antagônicos da modernidade – capitalismo monopolista e socialismo de transição – e vigentes no contexto histórico da Guerra Fria. Muitos afirmavam que, nos limites dessa disputa, a coexistência estática entre os dois sistemas faria com que a história deixasse de ser conduzida pela luta de classes para ser definida pelo “poder de persuasão militar” desses blocos. Florestan mostra, no entanto, que o chamado “cerco capitalista” e os métodos de autodefesa do capital dificultaram a consolidação, o desenvolvimento e a expansão do regime de identidade socialista. O primeiro desafio enfrentado pelos países em fase de transição para o socialismo era a ausência de um sistema internacional de poder socialista que se portasse como uma força protetiva e encorajadora para as sociedades em processo de consolidação da nova ordem anticapitalista. O segundo era o surgimento de uma visão derrotista do “fim da história” e da “pós-modernidade” no cerne de alguns setores do movimento operário. Duas críticas que certamente continuam válidas quando analisamos a atuação de vários ramos da esquerda brasileira e mundial. Nesse contexto, o artigo de Florestan Fernandes é uma análise abrangente e necessária, capaz de interseccionalizar as similaridades entre a consolidação da luta de classes dos países periféricos e centrais, ao mesmo tempo que pontua as diferenças decorrentes das suas respectivas características histórico-geográficas. No momento histórico atual, em que a burguesia brasileira rompe o pacto político de 1988 de forma deliberada e unilateral, partindo

para "o emprego selvagem da violência crua e organizada", *Nós e o Marxismo* continua sendo uma leitura essencial para todos aqueles que desejam pensar e transformar o Brasil.